



Anais da Assembléia

Nº 94

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE AGOSTO DE 1.980

ANO VI

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA DA 93ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 1.980
QUINTA-FEIRA**

Presidência do Sr. Deputado Basílio Zanusso, secretariada pelos Srs. Deputados Domício Scaramella e Paulo Camargo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escoorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO -- procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO -- procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do Partido Democrático Social, indico o nome do Deputado Cyro Martins para integrar a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, em substituição ao nome do Deputado Gabriel Manoel, ficando por consequência indicado o nobre Deputado Gabriel Manoel para integrar em substituição ao Deputado Cyro Martins, a Comissão de Cultura e Esporte.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1.980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regulamentares, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor HÉLIO BELTRÃO, Ministro da Desburocratização, solicitando que o mesmo envie esforços no sentido de dispensar da apresentação da Carteira de Identidade os beneficiários de aposentadoria do FUNRURAL.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1.980.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação se prende ao fato de que os homens do campo, em sua grande maioria, não possuem a documentação em ordem, e agora, se exigir de homens com mais de 65 anos de idade, que se aposentam pelo FUNRURAL, apresentação de Carteira de Identidade para o recebimento de seu "carnet" é um verdadeiro absurdo, haja visto que os mesmos ao fazerem a solicitação da referida aposentadoria, passaram pelo crivo do órgão competente e já apresentaram os documentos, os quais foram considerados hábeis para a concessão da mesma.

E se a "medida é desburocratizar" está aí uma a ser tomada urgentemente para tranqüilidade do homem do campo, pelo menos daqueles que já tiveram sua aposentadoria concedida.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES, solicitando imediatas providências no sentido de serem procedidos reparos na estrada PR-417 - que liga Mamborê-Campina da Lagoa, a qual se encontra praticamente intransitável.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1.980.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

A região de Mamborê é uma das mais promissoras pela sua agricultura notável e sempre crescente, e pela estrada em referência transitam muitos veículos para escoação de produtos agrícolas, estando a mesma em péssimas condições, urge que se dê imediata solução para que os agricultores não sejam prejudicados quando da retirada de seus produtos agrícolas.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à TELEPAR, solicitando daquela empresa a instalação de um posto de serviço telefônico na Vila Jordão, sede do Distrito de Jordão, no Município de Guaruapuava.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1.980.

(a) TRAJANO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

A medida que ora pleiteamos, prende-se a necessidade, aliás, plenamente justificável, de ter a população do Distrito de Jordão de contar com as facilidades de comunicação que, inegavelmente representa nos dias atuais, o telefone.

Juntamos à presente o teor do requerimento apresentado na Câmara Municipal de Guarapuava pelo Excelentíssimo Senhor Vereador Dileto Antônio Pulga, o qual vem acompanhado de um abaixo assinado que representa a aspiração de uma grande parte daquele populoso distrito.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER o encaminhamento de expediente consubstanciado em apelo, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, Dr. Vilson Ronald Ribas Deconto, no sentido de ser viabilizada a instalação de um escritório regional da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR - na Cidade de Paranaguá, a exemplo dos já existentes em diversas cidades do norte e sudoeste, com a finalidade de dar atendimento a toda a região litorânea.

A medida, se concretizada, viria de encontro aos interesses de dezenas de empresas e autônomos sediados em Paranaguá e outras cidades do litoral, facilitando sobremaneira o seu cadastramento na Coordenação Central de Controle de Serviços da Secretaria da Administração, proporcionando conseqüentemente um melhor entrosamento entre a EMOPAR e as firmas ou autônomos, muitas das quais, especialmente as de pequeno e médio porte, queremos crer, nem sequer têm conhecimento da exigência do cadastramento para participarem de licitações.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1.980.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, solicitando o recapamento asfáltico do trecho que liga a Cidade de PRUDENTÓPOLIS com a BR-277. Nossa reivindicação deve-se aos fatos que nos dias CHUVOSOS esse trecho passa a ser INTRAFEGÁVEL, ocasionando com isso vultosos prejuízos aos agricultores desta cidade, devido aos mesmos não poderem dar escoamento de seus produtos agrícolas.

Esse nosso requerimento tem os seus fundamentos, nos inúmeros apelos coletivos, feitos por pequenos e grandes lavradores do município, solicitando que providências urgentes sejam tomadas pelo Governo do Estado, para que não haja prejuízos aos interessados, ou seja, os agricultores e o próprio Estado.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1.980.

(a) GILBERTO AGIBERT FILHO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de louvor e reconhecimento ao Excelentíssimo Senhor DR. RENATO ANTÔNIO JOHNSON, eminente Secretário de Estado da Secretaria do Interior, pelos relevantes trabalhos prestados a frente daquela Secretaria, em especial pela maneira prestativa e eficiente em que se apresentou e dirigiu os trabalhos da 23a. reunião da AMUNOP (Associação dos Municípios do Norte do Paraná), realizada na Cidade de Santa Mariana, em 27 de agosto do corrente ano, onde também esteve presente uma equipe altamente capacitada, respondendo pela SANEPAR, TELEPAR, SUCEPAR e COHAPAR, a manifestação contida no presente requerimento se faz oportuna e necessária, porque se junta também à referida homenagem, os Senhores Prefeitos e Vereadores dos municípios pertencentes àquela micro-região que lá estiveram, fazendo com que esta manifestação não seja só como um tributo de agradecimento, mas sim, uma homenagem estimulante a um homem público que dignifica o cargo e engrandece a administração estadual.

Aprovado o requerido, solicita o autor que a decisão deste Poder seja comunicada ao homenageado e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, acompanhada de cópia do

presente requerimento.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1.980.

(a) GABRIEL MANOEL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

De acordo com o deliberado em reunião da CPI do Cooperativismo, os signatários do presente REQUEREM a prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Cooperativismo Paranaense, por mais 120 (cento e vinte) dias para serem ouvidas mais testemunhas, em vista de fatos novos e para que possa ser apresentado relatório final.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1.980.

(a) DAVID CHERIEGATE.

Apoioamento:

TRAJANO BASTOS, WERNER WANDERER,
DARCÝ DEITOS, FIDELCINO TOLENTINO e
NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições, REQUER um voto de solidariedade à Ordem dos Advogados do Brasil, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e à Tribuna da Luta Operária, pelos atentados criminosos que sofreram na data de ontem.

Requer, outrossim, o envio de expediente à Ordem dos Advogados do Brasil, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e à Tribuna da Luta Operária, comunicando o presente.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1.980.

(a) RENATO BERNARDI.

Apoioamento:

NELTON FRIEDRICH, FIDELCINO TOLENTINO;
DENI SCHWARTZ, WALDYR PUGLIESI,
AUGUSTO CARNEIRO, DARCÝ DEITOS,
GILBERTO AGIBERT FILHO, LINEU TURRA,
CARLOS ZANLORENZI e NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a constituição de uma Comissão de 04 (quatro) Senhores Deputados para, pessoalmente, levarem ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes as reivindicações do Paraná, no que se refere a paralisação das obras de melhoramentos da estrada que liga Curitiba-Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1.980.

(a) TRAJANO BASTOS.

JUSTIFICATIVA:

É profundamente lamentável, o estado de má conservação, ou praticamente nenhuma conservação, em que se encontra a BR-277, especialmente no trecho que liga Curitiba-Foz do Iguaçu. Buracos, painéis, desníveis, acostamentos defeituosos e uma sinalização deficiente, compõem hoje o perfil daquela rodovia, atentando contra a segurança do tráfego e conseqüentemente contribuindo decisivamente para o aumento do índice de acidentes. Ainda há bem pouco tempo, como decorrência da má conservação dessa estrada, perdia a vida na Serra da Esperança o ex-Prefeito de Pitanga, cujo acidente ocorreu exatamente nas obras há aproximadamente um ano paralizadas que visavam a recuperação dos viadutos São João e Tigrinho. Aliás, vale dizer inclusive, que aquele é um caso típico e incontestável, que flagra a ineficiência do Ministério dos Transportes e do DNER, porque mercê de todos os apelos feitos pela imprensa e mesmo através de pronunciamentos nesta Casa e na Câmara Federal, os serviços continuam paralizados.

Mais grave do que isso, entretanto, é a insensibilidade do Governo para com o fato de que a BR-277 é também, seja do ponto de vista turístico, seja de funcionar como corredor de exportação, ou como principal via de escoamento de nossa produção agrícola e pecuária, talvez a rodovia de maior importância econômica para o Paraná. E isto, no instante em que, como se sabe, assumimos, como Estado de economia prioritariamente agrícola, um significado maior no contexto econômico do País, já que, como diz o super-Ministro, deverá ser através da produção agrícola que o Brasil encontrará mais facilmente maiores aberturas e melhores soluções para o equilíbrio de sua balança comercial e de sua balança de pagamentos.

Assim, já que não falta agilidade governamental para instituir uma TAXA RODOVIÁRIA ÚNICA opressiva e incompatível com a renda dos brasileiros; já que não há parâmetros no seio do Governo para cada vez mais intensificar a sua política tributária que sacrifica e empobrece cada vez mais o povo brasileiro.

Em resposta, pelo menos, deveria manter em ordem um razoável serviço de conservação e manutenção de estradas e rodovias, e com isso, retribuir com um pouco o muito que o povo paga, na expectativa, evidentemente, de que o Governo dê um alcance mais amplo e mais justo às suas diretrizes.

Daí porque, encaminho a esta Casa o presente requerimento, esperando que através de uma Comissão de Parlamentares possamos finalmente sensibilizar os órgãos governamentais responsáveis e, como consequência, consigamos também a recuperação da rodovia BR-277 no Paraná, cujo estado é profundamente lamentável.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

TELEX endereçado ao Sr. Presidente da República; e ao Sr. Ministro da Justiça.

Face situação alarmante que passa o povo brasileiro sem qualquer segurança com relação a atentados que vêm pondo em perigo vida de todos. Em razão do atentado ocorrido OAB do Rio de Janeiro quando mais uma vida desaparece em holocausto à insensatez e ao apedrejamento político, solicitamos empenho de Vossa Excelência à sugestão que apresentamos no Legislativo paranaense, para que seja instituído um prêmio de um milhão de cruzeiros para quem possa, através de informação, solucionar ou auxiliar na descoberta dos maus brasileiros que vêm colocando a Pátria e o retorno democrático em perigo. Saudações Deputado Nelson Buffara-PDS-Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1980.

(a) NELSON BUFFARA

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, primeiro orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

A nossa Pátria caminha a passos largos para o anarquismo, e os responsáveis por esses fatos estão sendo e serão aqueles que, da esquerda ou da direita - não sei a que facção pertencem - implantam o terrorismo em nosso País.

Como se já não bastasse a situação angustiante que atravessa a nossa Pátria, em face da política econômico-financeira, o País praticamente moribundo, estão aí os maus brasileiros querendo dar o golpe de misericórdia na sacrossanta Nação brasileira, com a implantação de atos de terrorismo, que ontem culminaram com a morte de uma funcionária da Ordem dos Advogados do Brasil. E eu não sei se sou a pessoa indicada para tecer críticas e fazer considerações.

E eu não sei, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quais as medidas viáveis para se por fim a esse terrorismo. Estou atônito, como de resto a Nação também está.

E, num lance quixotesco, quem sabe, eu tenho uma sugestão a fazer às mais altas autoridades governamentais: proponha que, a exemplo do que se fazia no Oeste americano, no tempo do bang-bang, se instituisse um prêmio em cruzeiros, uma importância vultosa e significativa, para o policial ou civil que facilitasse a prisão desses delinquentes, desses maus brasileiros que deveriam ser banidos deste País, que estão aqui pondo em risco a segurança da Nação, intranquilizando o País, causando um clima de revolta em toda a sociedade brasileira.

Eu não sou um Deputado de arroubos, nem de lançar certas frases que possam levar-me à imprensa ou às manchetes dos jornais, mas estou indignado e revoltado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Então, que se instituisse um prêmio em dinheiro, prêmio vultoso e significativo, para ser entregue àqueles que possibilitem a prisão dos membros terroristas, fosse de qualquer facção, da esquerda ou direita, e que fossem banidos do País estes maus brasileiros; que fosse aplicada a pena máxima viável, e que o Poder Judiciário delegasse poderes ao Poder Executivo Federal para que ele pudesse lançar mãos desses meios.

É esta a razão de minha presença nesta tribuna, Sr. Presidente, porque o País não aguenta mais, e a única forma é fazer barganha, dando dinheiro a quem possa entregar os responsáveis por esses atentados, que estão aniquilando com o nosso País, já combatido.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Ainda no Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna nesta tarde, para encaminhar dois requerimentos que encaminhamos a esta Casa, mas antes, queríamos registrar o nosso repúdio aos atentados cometidos pela extrema-esquerda ontem, na cidade do Rio de Janeiro, quando três bombas explodiram, uma na OAB, outra na Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro, e outra na sede do jornal "Tribuna da Luta Operária".

O que precisa ficar caracterizado nesses atentados, é que quer nos parecer que o sistema repressivo montado após 1964, é conivente e não apura estes atentados. Sabem quem são mas não põem a mão em cima deles. E sobre isso, falará, em nome da Liderança, o nosso Líder Deputado Renato Bernardi.

O primeiro requerimento que encaminhamos à Mesa, é solicitando ao Sr. Ministro da Desburocratização, Hélio Beltrão, para que regulamente a dispensa da apresentação da Carteira de Identidade aos aposentados pelo FUNRURAL.

Porque, o que está acontecendo, é um verdadeiro absurdo: no interior do Estado, homens com mais de 65 anos de idade, aposentados hoje, para receberem o seu carnê do INPS, têm que apresentar suas Carteiras de Identidade.

Isso é um absurdo, porque esses homens, quando tiveram suas aposentadorias concedidas, apresentaram seus documentos que passaram pelo crivo daquele órgão que os achou hábeis. E não se pode fazer com que esses cidadãos, alguns enfermos, sem condições de saírem de suas casas, tenham que tirar seus documentos, para poderem receber seus salários, um direito seu, direito totalmente adquirido.

Por isso, Sr. Presidente, solicitamos à Casa que aprove o requerimento que encaminhamos ao Sr. Ministro Hélio Beltrão, para que se acabe com essa exigência absurda. Pois, como diz um amigo meu, "vivemos neste País, a sociedade dos papéis, onde os papéis estão acima das pessoas".

O segundo requerimento, Sr. Presidente, é dirigido ao Sr. Secretário dos Transportes, a fim de que se oficie ao Distrito Rodoviário competente, que faça a conservação da estrada que liga Campina da Lagoa a Mamoré. É uma estrada de terra que,

com a inauguração da BR-369, está completamente abandonada, não dando sequer condições de escoamento da produção agrícola da região ser escoada para os centros consumidores. Era isso, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso). — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aí está a ousadia dos inconseqüentes não punidos que se avocam o direito de tumultuar a ordem, de desafiar as autoridades e semear o pânico para desarticular as idéas de liberdade democráticas.

A dignidade nacional está abalada, a família indefesa, a paz pública comprometida, a segurança dos cidadãos suspensa pela impunidade, a responsabilidade dos poderes constituídos chegou ao limite da descrença.

A Nação não agüenta mais essa desordem, essa intimidação e a ousadia da escalada do terrorismo. No curso do dia-a-dia nota-se pela imprensa, que, aos poucos, o arbítrio foi criando as mais estranhas raízes e o regime foi perdendo o controle e se comprometendo na permissividade, na tolerância, na mazelada dos aparelhos de repressão e do radicalismo doentio das mentes insanas e bitoladas que enxergam malfetores da extrema-esquerda, e somente dela, por toda parte. As oposições partidárias e comunitárias, enfim, a sociedade civil, denunciam, com persistência, e fatos concretos, a escalada ameaçadora dos atentados.

Mas, o Governo dá a entender que não quer punir, ou é impotente para punir.

Seqüestros são feitos e os responsáveis preservados, bancas são incendiadas no abrigo das trevas da noite, e a marca da ameaça ronda os lares de jornalistas, de Deputados da Oposição, de intelectuais e de uma gama de homens que têm liderança na sociedade. A imprensa alternativa acuada ao recolhimento e à capitulação, pelo pavor, pelas ameaças e pelos atentados, procura resistir com o respaldo decidido e corajoso, da sociedade civil. Afinal, a maior vítima dessa brutalidade é a própria sociedade; a maior vítima também não é só a sociedade em si, mas, a dignidade nacional e a própria autoridade brasileira. Todos acompanham, pasmados, a inépcia oficial dos vários setores da vida nacional. Há conflito e mortes, nos problemas de terras; religiosos seqüestrados e ameaçados. Tudo isso, às vistas do Governo; jurista seqüestrado - simultaneamente, a polícia desenterra, em Goiás, dois cadáveres de perseguidos políticos, enquanto que, dois argentinos procuravam passar para a sua fronteira e é colaborada pela polícia brasileira, que leva, esse casal, ao suicídio, a Oposição grita, reclama, alerta, exige e mostra erros, incansavelmente, as autoridades nada fazem.

Essa omissão força o raciocínio de comprometimento tanto mais quando a ameaça e a violência alcançam proporções em diferentes pontos do território Nacional.

O Governo não pode negar a sua eficiência investigadora, pois, aí está o Serviço Nacional de Informações, os DEOPs e as Polícias Federais que tanto têm mostrado eficiência na busca, na perseguição e na prisão de envolvidos com problemas de natureza política.

A violência praticada ontem no Rio de Janeiro é inaceitável e alcança perspectivas da paranóia, Sr. Presidente, e sacrifica vidas humanas e alcança, inclusive, Gabinete de Vereador da Oposição da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Ordem dos Advogados, as instituições estão todas ameaçadas, Sr. Presidente e, é necessário, para que o Governo possa demonstrar que realmente deseja uma verdadeira democracia neste País, que, reprima esses atos de terrorismo, que não têm outras

fontes senão aquelas que o Governo mesmo conhece!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assim como os eminentes Deputados que me antecederam, manifestando a sua revolta pelos acontecimentos havidos recentemente em nosso País, quero manifestar, também, a minha preocupação, com a própria estabilidade social e política, decorrentes da violência praticada por alguns que, realmente, não estão mostrando o necessário amor à Pátria, eis que, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, é, através das palavras, que deve o cidadão mostrar os seus pontos-de-vista, jamais, usando de atitudes que venham causar danos tão sérios quanto esses que se verificam em nosso meio. Sou inteiramente favorável, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a medidas enérgicas contra o terrorismo, seja da direita, seja da esquerda, pois, esses, não estão, efetivamente, levando em consideração os sagrados direitos do ser humano!

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que me traz à tribuna especialmente, nesta tarde, é o programa que está sendo levado a efeito em nosso Estado, por orientação da Secretaria da Saúde e Bem Estar Social, no combate ao tabagismo.

Sabemos os grandes danos que vem causando o uso do fumo à economia da Pátria.

Porque são milhares os cidadãos que deixam de exercer as suas atividades produtivas, ou diminuem sensivelmente a sua capacidade, em consequência, dos venenos que são introduzidos em seu organismo e no organismo de outras pessoas, pelo uso de cigarros, de charuto ou do fumo colocado nos cachimbos.

E, amanhã, Sr. Presidente, Srs. Deputados, numa demonstração de respeito à própria saúde, milhares de pessoas irão participar de uma greve "sui generis", da greve contra o fumo. E, não poderia deixar eu, Sr. Presidente, de vir a esta tribuna para aplaudir todos aqueles que estão promovendo essa campanha, como também, cumprimentar todos aqueles que participarão deste ato que indiscutivelmente fará com que, muitas pessoas parem para pensar, sobre a importância de se desfazer deste vício que tem enriquecido multinacionais, em detrimento do sofrido povo brasileiro,

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

Há pouco tempo denunciemos as manobras realizadas pelas empresas multinacionais produtoras de veículos que, apoiadas em resolução do Conselho Nacional de Trânsito, estão prejudicando empresas paranaenses e a própria arrecadação do Estado. Mostrávamos que para evitar o grande número de conversões de motores à gasolina para diesel ou álcool, no caso do diesel faz-se a troca do motor, especialmente dos carros F-100, C-10 e D-15, da Ford e Chevrolet, foi baixada uma regulamentação arbitrária que modifica a capacidade e a categoria desses veículos, para classificá-los entre aqueles que a lei impede que sofram transformações.

Qual o interesse das empresas monopolistas estrangeiras e suas revendedoras? Simples, Srs. Deputados. Impedindo a conversão dos carros em circulação para o uso de combustíveis mais baratos, estabelece a reserva de mercado para os carros novos que estão saindo das fábricas com motores a álcool

ou diesel. Muito interessante do ponto de vista das multinacionais. Extremamente prejudicial aos proprietários de veículos, à economia que muito ganharia com o uso de combustíveis alternativos à economia do Paraná, que está perdendo quinhentos mil cruzeiros mensais de arrecadação do ICM. E mais, Srs. Deputados, várias empresas retificadoras do Estado estão sendo desativadas, provocando o desemprego em massa e limitando as iniciativas econômicas que surgem no Estado.

O ilustre Líder do PDS, Erondy Silvério, prontamente trouxe a resposta dos órgãos oficiais, amparada nas informações das multinacionais e de suas revendas, contestando a denúncia que fizemos a partir das posições da AREMOPAR, Associação das Retíficas de Motores do Estado do Paraná. Uma entidade idônea, que congrega as empresas do setor de retificação e que vem lutando, junto aos órgãos oficiais para fazer valer seus argumentos, com pouco sucesso, diga-se de passagem.

Diz o deputado Erondy Silvério que não existiu manobra burocrática, que nenhuma modificação foi estabelecida pelo Conselho Nacional de Trânsito. E apresentou o parecer n.º 02/80 do Departamento de Trânsito que indefere o requerimento da AREMOPAR para transformação, troca ou conversão de motores à gasolina para álcool ou diesel. Esse parecer apresenta os veículos, sua capacidade, e afirma que o Ford-100, o Chevrolet C-10, C-14 e C-15 e o Dodge D-100, não possuem carga útil acima de 1.000 quilos e, portanto, não podem sofrer transformações.

Há algo podre nesta história, Srs. Deputados. Pois contrariando o seu próprio parecer, o Departamento de Trânsito e o CONTRAN, vêm expedindo certificados de propriedade desses veículos em que a capacidade de todos é muito superior.

Segundo o parecer do DETRAN, que baseou a defesa do ilustre Líder do PDS, o veículo C-10 tem capacidade até 660 kg. Mas o certificado de propriedade expedido pelo mesmo órgão, estabelece capacidade de 1.000 kg. O veículo C-15, segundo o parecer, tem capacidade para 750 kg. Mas no certificado de propriedade consta 1.500 kg. O Ford F-100 teria capacidade de apenas 660 kg, mas o certificado do DETRAN diz que a capacidade é de 1.000 quilos.

Ora, Srs. Deputados, os certificados expedidos pelo CONTRAN e DETRAN são preenchidos com base nos dados das notas fiscais das empresas produtoras de veículos. Fica demonstrado, portanto, que o mesmo órgão, reconhece duas informações completamente diversas e as aplica segundo o interesse dos monopólios estrangeiros e seus revendedores. Quando se trata de classificar um veículo novo para venda, diz ao comprador que a capacidade é X. Quando se trata de permitir que esse mesmo comprador transforme esse veículo para reduzir o uso de gasolina, baixa um parecer afirmando que a capacidade desses veículos agora é menor e que a lei o impede de transformar seu carro. Se esse comprador quer um carro a álcool ou diesel, que compre um carro novo da mesma multinacional. E quando uma entidade como a AREMOPAR envia ofício denunciando o fato, o Diretor do DETRAN, habituado a resolver as questões de forma arbitrária, simplesmente indefere a denúncia. Aliás, Srs. Deputados esta foi a primeira vez que vi um ofício indeferido.

O DETRAN e o CONTRAN estão faltando com a verdade em um ou outro momento. Ou o parecer do Diretor não confere com a verdade ou os certificados expedidos pelo mesmo órgão estão incorretos.

Em qualquer dos dois casos, vê-se que não é possível confiar nas informações desses órgãos. Tenho aqui comigo o parecer e os certificados de propriedade. Destes documentos, quais são os falsos e quais são os verdadeiros? Quais estão burlando a verdade? Ou o DETRAN e o CONTRAN vêm sendo ludibriados pelas multinacionais e suas revendas?

Em qualquer dos casos, fica a nítida revelação de que

não é possível confiar nesses órgãos públicos, até que eles tomem a iniciativa de esclarecer suas próprias contradições. Fica o registro de que o DETRAN, em todo este processo, privilegiou a informação das empresas multinacionais e suas revendas contra a denúncia de proprietários e de empresas retificadoras paranaenses. Quem perde é o povo, a economia do Estado. Perdemos todos nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, diante da evidência de que os órgãos públicos se prestam antes a defender os interesses anti-nacionais e anti-populares. E para isso, não titubeia em modificar, por decreto, como sempre acontece neste País, mesmo os dados técnicos de um veículo, desmoralizando a sua função e colocando em dúvida sua autoridade.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Concedo a palavra ao último orador inscrito, nobre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa tomou conhecimento ontem, e o Paraná todo hoje, através da divulgação feita pela imprensa, de uma denúncia formulada pelo Deputado José Tavares, envolvendo o Sr. Juiz de Direito da Comarca de São José dos Pinhais, Leônidas da Silva Filho.

Devo, primeiramente, dizer que tenho a convicção absoluta, a certeza tranqüila de que não foi este o candidato deste meretíssimo Juiz de Direito, nas eleições de 1.978. Como também devo afirmar que quando São José dos Pinhais elegeu este Parlamentar como seu Deputado mais votado, lá já estava o Dr. Leônidas da Silva Filho.

Devo adiantar, mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que há aproximadamente quatro meses atrás, fui procurado nesta Casa por um advogado e pela parte que se dizia atingida pela conduta desse Juiz de Direito. Pediam-me ambos um pronunciamento, fazendo a denúncia que certamente com boa-fé fez o Deputado José Tavares.

Tive, no entanto, o cuidado de dirigir-me ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, não só para dar-lhe conhecimento daquele fato, mas, principalmente, para saber até que ponto existia veracidade naquela denúncia. E disse, ao mesmo tempo, ao Desembargador Presidente do Tribunal da Justiça, do nosso Estado, que não me servia, de pronto, desta tribuna para trazer a público aquele assunto, em respeito ao Poder Judiciário, para não afetar a sua credibilidade; para não expor este que é um dos Três Poderes do Estado moderno, a uma situação vexatória, a uma situação que viria por colocar em dúvida, inclusive, o poder de distribuir justiça no estado do Paraná.

E, de pronto, recebi os esclarecimentos do Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, e tomei conhecimento que aquela notícia que me era trazida naquele instante, já era do conhecimento também do Tribunal de Justiça, que adotou todas as providências através de sua Corregedoria.

E quando tomo conhecimento de que aflora este problema publicamente, sinto-me no dever, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e não dever de amizade, e não dever de alguém que alguma coisa deve a alguém, mas, no dever cívico, no dever de Parlamentar, de trazer a esta Casa a nota oficial emitida hoje pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cujo teor quero que os Anais desta Casa registrem, e, ao mesmo tempo, para prestar esclarecimentos aos Srs. Deputados, e, muito particularmente, ao denunciante, nobre Deputado José Tavares. (Lê):

"Diante do noticiário estampado pelos jornais "O ESTADO DO PARANÁ" e TRIBUNA DO PARANÁ", em suas edições de hoje (28-08-80), a respeito da conduta do DR. LEÔNIDAS DA SILVA FILHO, Juiz de Direito da Vara Cível da comarca de SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, esta Presidência sen-

te-se no dever de, no resguardo do respeito que se deve ao Juiz e a bem da verdade, prestar ao público as seguintes informações:

1. Os fatos veiculados no referido noticiário e constantes da carta publicada pelo segundo dos jornais acima referidos, são de inteiro conhecimento deste Tribunal, objeto que foram de representação formulada por VALDIR BUENO DE FARIA em 13/03/80, através petição apresentada por seu advogado DR. ANTÔNIO MARIA RODRIGUES.

A representação, que tomou o n.º 52/80, foi devidamente instruída e processada através da respectiva sindicância, e veio a ser arquivada por despacho do Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor da Justiça, após verificar-se a improcedência das acusações e a falsidade da carta que deu origem à denúncia e cujo original nunca apareceu, falsidade essa apurada no laudo n.º 80.850, de 20/5/80, do Instituto de Polícia Técnica do Estado do Paraná.

2. Este Tribunal de Justiça, por seus órgãos disciplinares, jamais deixou de, na forma da lei, apurar as acusações contra eventuais condutas irregulares de seus juizes, razão porque não pode esconder a surpresa com que o alcançou a publicação de notícias sobre fatos já vencidos e devidamente examinados, inclusive com a conclusão de terem sido improcedentes as acusações contra o referido magistrado.

Gabinete da Presidência do Tribunal de
Justiça do Estado do Paraná, em vinte e oito (28)
de agosto de mil novecentos e oitenta (1980).

MARINO BUENO BRANDÃO BRAGA
PRESIDENTE".

Era este, Sr. Presidente, o esclarecimento que gostaria de trazer a esta Casa, em respeito aos meus Pares, em respeito ao Poder Judiciário, em respeito ao povo deste Estado e para mais uma vez dizer que é necessário que, a cada palavra proferida, há que se ter o respaldo da responsabilidade por pronunciá-la.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Basílio Zanusso) — Esta Casa registra, com satisfação, a visita honrosa do Deputado Geová Amarante, do PMDB de Santa Catarina.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado, inscrito.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Jamais um País poderá ter seu desenvolvimento dimensionado por obras de grande porte que a irreverência popular chama de "faraônicas" e a realidade assim o confirma.

O faraonismo das grandes obras, de custo social altíssimo mas de utilidade popular e social, se não negativas, ao menos discutíveis, constitui uma das maiores causas da inflação.

A grandiosidade tem, inicialmente, um custo financeiro elevadíssimo. A seguir e concomitantemente paga um preço social tão alto que o sacrifício imposto à Nação não encontra qualquer justificativa, a não ser na mente afunilada e grandiloquente de uma tecnocracia imposta ao País e fruto do arbítrio prolongado.

Modelos e fórmulas nunca faltaram à tecnocracia triunfante e dominante. Está faltando paciência ao povo para suportar mais modelos e fórmulas de quem, não tendo legitimidade de autoridade, não tem o direito de levar a Nação para o caos social.

Já se tornou lugar-comum a afirmação de que a burocratização, a mordomia e a corrupção são os filhos diletos da tecnoburocracia.

Foi criado um Ministério da Desburocratização. Criaram-se CPIs que deveriam levantar e acabar com as outras

duas crias do sistema.

Não vim à tribuna, entretanto, para fazer este tipo de análise. Toda a sociedade civil sabe que tão somente a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, geradora de um novo pacto social, poderá e será o remédio que recolocará o organismo nacional enfermo em seu verdadeiro processo de recuperação. E deverá ser longa esta recuperação. Como, porém, a constituinte terá que ser livre e soberana, sem a tutela desta ou daquela figura carismática, mas conduzida pelo verdadeiro equilíbrio das forças sociais da Nação, o remédio há de ser certo e eficaz.

Necessária se faz a indagação: qual o custo social, não desta ou de qualquer obra faraônica, mas de todo o processo autoritário imposto à Nação, durante longos 16 anos.

Tomado o poder pela força, não houve legitimação popular. A elite dominante se ressentia desta falha insanável: a ilegitimidade.

Apreçou-se um temário trino: combate à subversão, eliminação da corrupção e respeito à primazia da ordem constitucional.

A história mostrou a total inversão da trindade. Implantou-se um estado de fato, em lugar da ordem jurídico constitucional. A subversão de valores passou a ser objeto governamental e instrumento de ação. A corrupção cumpriu seu papel histórico de filha primogênita do arbítrio.

Fala-se muito em modelo político, como se fala muito de modelo econômico. O povo sente, todavia, na própria carne os efeitos de um modelo social que, por ser elitista, concentrador e privilegiante, é desumano, injusto e anti-social. Não foi sem razão que sua santidade o Papa João Paulo II, chamado pelo Brasil inteiro de João de Deus, se mostrou estupefato diante da constatação, no Piauí, do flagelo da fome: "Meu Deus, o povo tem fome".

Realmente, o Brasil cresceu no período autoritário. Mais ainda na era delfiniana. Foi o milagre brasileiro.

O custo social do milagre foi grande demais.

Quarenta milhões de migrantes, dentro de sua própria terra. Um povo perdendo sua identidade cultural. As cidades inchando. Os campos se esvaziando. Uma infância se comprometendo. Uma velhice sendo relegada ao "Deus Dará". As parcelas com desajustamentos físicos e mentais armazenando-se em depósitos públicos ou em vias também públicas.

Uma trindade deve chamar nossa atenção.

1. O menor carente, dentro e fora do ambiente familiar.
2. O idoso carente, dentro e fora do ambiente familiar.
3. O desajustado físico e mental.

As palavras, agora, são da senhora Lea Leal, Presidente da LBA-Legião Brasileira de Assistência, no VI Encontro Nacional de Dirigentes da L.B.A. e II Encontro do Programa Nacional de voluntariado da L.B.A. (PRONAV-LBA): "Mais de oitenta por cento da população de pré-escolares, representando 20,3 milhões de crianças até 6 anos, não são atendidas adequadamente em suas necessidades básicas, das quais 14,2 milhões são desnutridas. Em relação à assistência escolar, apenas 500 mil, ou seja 2,78% das 17,9 milhões de crianças entre 2 a 6 anos são atendidas em programas de educação mantidos pelo poder público, seja federal ou estadual ou municipal. Isto significa que em cada grupo de 1.000 matriculados na 1a. série somente 45,5% chegam a 2a. série. Vinte por cento apenas conseguem concluir o curso primário e outras vinte por cento são efetivamente alfabetizados. Que dizer então do quadro representado por 12 milhões de brasileiros, dez por cento da população global, que ainda não possuem qualquer tipo de documento, seja registro civil ou certificado de união familiar?"

Já a senhora Icléia Guazzelli, ex-Presidenta da Fundação

Nacional do Menor — FUNABEM — em depoimento feito nesta Assembléia Legislativa do Paraná, no ano de 1.979 apontava o custo de cada menor recolhido às unidades da FEBEM, no Rio de Janeiro. Cada menor custava ao Poder Público a importância de Cr\$ 15.000 (quinze mil cruzeiros) mensais, enquanto ao trabalhador de salário-mínimo e quase sempre responsável pelo sustento de uma família básica de 5 pessoas se atribuía um salário de Cr\$ 2.500 (dois mil e quinhentos cruzeiros) mensais. Isto é, o menor carente e recolhido para uma verdadeira universidade de delinquência e oficialização da marginalização e criminalidade custava o equivalente ao rendimento de 06 (seis) trabalhadores, então responsáveis pelos bens básicos e fundamentais de 30 (trinta) pessoas. Como se esperar a resolução do problema do menor brasileiro com este tipo de tratamento?

Tinha razão, entre outros, Josué de Castro quando alertava, já na década de 50 a opinião pública brasileira e as autoridades nacionais e internacionais para o fato de que em algumas regiões do Brasil estava sendo formada uma nova figura - étnica. Uma raça de pessoas nanicas, anêmicas e com um Q.I. (Quociente intelectual) cada vez mais baixo.

A China, com seus quase 1 bilhão de habitantes em uma área equivalente a do Brasil, mas com problemas fisiográficos maiores e instabilidade climática ainda maior que a nossa fez uma constatação: resolveu a questão alimentar e de 1949 até 1979, em 30 anos portanto, uma geração biológica, teve a altura média de seu povo aumentada em quase 5 CM.

Não se mede o desenvolvimento de um povo pelas suas obras faraônicas, mas também não se mede pela estatura de seus indivíduos. Há, todavia, indicadores que são realmente sintomáticos.

A distribuição de renda que seja mais justa deve ser o grande remédio imediato para a melhoria das condições básicas de vida de um povo que vê sua infância e, por isso, o seu futuro como Nação sendo comprometido.

A instalação de uma rede de unidades pré-escolares em bairros populares e de creches em fábricas e em bairros, deve ser outra meta imediata a ser propugnada para que a criança de 0,5 a 6 anos não tenha comprometido seu futuro no aspecto biológico e psicológico. Já o problema social vai depender de tais reformas de estrutura que somente a evolução do processo social brasileiro poderá dar resposta e aí haverá a história de julgar aqueles que são os responsáveis pela condução de nossos destinos nesta quadra por que temos passado.

Um levantamento feito na grande São Paulo (12 milhões de habitantes) orçou em 600 mil o número de menores abandonados. Sem contarmos os menores carentes. O Estado do Paraná não possui dados estatísticos confiáveis. O Instituto de Assistência ao Menor — I.A.M. -, órgão da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, portanto o órgão executor da política oficial, consegue e tem estrutura para atender apenas um percentual mínimo (três por cento) das reais necessidades do setor. Isto, somando-se sua ação direta e as diversas modalidades de atendimento da iniciativa comunitária, nem sempre preparada para o miuster.

O ser humano, ao nascer, traz consigo duas dimensões. A biológica e a psicológica. Uma terceira dimensão é adquirida como decorrência das duas primeiras e da sua vivência que é enriquecida até o último instante de seu ciclo biológico ou a sua morte que é a dimensão social.

Ora, Sr. Presidente e meus nobres colegas, se a criança surge em um meio familiar comprometido por uma situação de opressão, provocada pelo êxodo rural, pela destruição dos valores culturais fundamentais, pela carência dos bens essenciais, pelo aguçamento dos privilégios a favor de uma minoria cada vez mais rica e detentora do poder real, pelas necessidades cada vez maiores de consumo de uma sociedade industrial, pelo aviltamento material da remuneração da mão-de-obra e por

tantos outros fatores que os estudiosos das ciências sociais têm levantado com insistência, chega-se, então à uma conclusão nada lisonjeira: estamos perdendo a geração imediatamente seguinte à nossa.

O Brasil não chegará a ser a potência como sonham muitos se não conseguir antes dar uma solução a questões básicas, como: alimentação, saúde, acesso efetivo à educação universal, habitação e trabalho.

A sociedade industrial com seu crescentemente gradativo consumo determina um processo de rejeição em cima de uma parcela considerável da população carente e marginalizada. Já o paranaense Karlos Rischbieter, quando Ministro da área econômica, advertia a Nação sobre a responsabilidade da existência de cerca de 40 milhões de brasileiros vivendo dentro ou à beira da miséria absoluta, onde as necessidades mais essenciais não são preenchidas. Diz-se que as grandes empresas agropecuárias dão aos seus animais um tratamento que não é possível ser dado, nem no terreno da utopia, a mais da metade da população brasileira o que fere a nossa dignidade como Nação e como criaturas, formadas "à imagem e semelhança do próprio Deus".

A dimensão biológica de nossa criança começa a ser comprometida no processo mesmo de gestação quando as carências vivenciais da gestante condicionam, previamente, o nascituro. O desenvolvimento cerebral da criança poderá ser atrofiado até os 6 anos de idade pela desnutrição. Daí, a ênfase que é dada a criação de creches, de um instrumental equipado de pré-escola, a tentar salvar as condições mínimas de desenvolvimento da criança.

Este o primeiro ponto de reflexão que pretendo colocar à apreciação do plenário neste momento.

O investimento que se fizer sobre a criança hoje renderá dividendos altíssimos para um futuro muito breve e palpável.

Não foi em vão que o educador Lauro de Oliveira Lima afirmava que, se para o curso superior não seria essencial a colocação de um mestre de elevado gabarito, já que o seu aluno tem meios próprios de defesa e de pesquisa, já para o curso elementar seriam recomendáveis professores altamente gabaritados, uma vez que aí estaria sendo selada a sorte e a destinação do educando.

Admitamos, entretanto, ao menor para argumentar que a dimensão biológica da criança não foi ainda afetada, em razão de defesas que a família possa vir a ter, em que pesem as suas condições contraditórias de miséria absoluta, teríamos que enfocar a sua dimensão psicológica.

Como poderá estar traumatizada uma criança cuja carência afetiva advém da situação de uma família em franco processo de desagregação cujas causas já foram tantas vezes debatidas e levantadas nesta Casa. Será e é sua dimensão psicológica a ser afetada cujos efeitos a sociedade vem sentindo nas mais variadas modalidades de menor problema. Neste campo o IAM tem atuado. Constitui-se, porém, em uma gota de um grande oceano, por maior que seja o idealismo e a boa vontade de seus integrantes e de seu instrumental.

Favelas, Srs. Deputados, não podem ser encaradas apenas como cenário especial para escolas de samba e sim motivo de meditação profunda que nos leva a todos a uma tomada de posição. A família que se manifesta incapaz de dar sustento material a seus integrantes gera um desequilíbrio biológico em seus filhos. Mais grave ainda é o estado de abandono a que tem que ser relegadas tais crianças: é o desequilíbrio psicológico, muito difícil, em alguns casos impossível, de ser desfeito. Não serão os reformatórios, os recolhimentos de menores, as "Queiroz Filho" que terão condição de dar qualquer solução. A reintegração, infelizmente, do menor à vida plenamente normal tem sido uma exceção tão gritante que, ocorrida, chama a atenção, feita ave rara, no deserto árido do individualismo

consumista.

Nossa postura não pode ser sentimentalista, não deve ser paternalista, não se concebe seja apenas assistencialista.

Constitui crime social o desleixo com que a sociedade como um todo tem tratado o problema do menor;

Vítima de uma carência biológica, o menor irá engrossar os exemplares de uma espécie de seres raquíticos, anêmicos, subnutridos e comprometidos no que o homem tem de mais nobre: o seu espírito e o diferenciador da espécie animal que é o grau de inteligência e racionalidade.

Somente a diferença do preço do álcool, adicionado à gasolina e vendido ao preço final de gasolina, poderia colocar pão e toda dieta mínima necessária a um ser humano, gratuitamente, em todas as mesas de todos os brasileiros. Um galaxie, na escala de valores do mundo materialista, embora dito cristão e ocidental, está valendo mais que um ser humano, repito, "imagem e semelhança do criador".

Vítima de uma carência psicológica, o menor anseia por amor. E o amor, meus caros colegas, é o maior dom que a humanidade pode possuir. Por que tantos despossuídos? Será fácil, pois, entender os desvios de conduta, a prostituição, a vingança contra a sociedade, por parte de quem do amor só conhece a palavra como tema de músicas baratas. São Paulo citava em uma de suas espíntolas que a "graça supõe a natureza". Como esperar algum progresso humano em sua infância mais tenra o direito sagrado à uma convivência de afeto, de amor e de carinho?

Vítima de uma carência social, o menor precisa de integração. Não a integração da sargeta, à cata de lixo e de comida, mas de seres que são formados para uma missão mais ampla, mais digna, e mais útil.

Um País que tem 40 bilhões de dólares para queimar em um ambicioso projeto nuclear, a dar "status" diferente a determinado segmento social; um estado que constrói uma ponte Rio-Niterói; um Governo que injeta 500 milhões de dólares para recuperar financeiras falidas; uma sociedade que assiste impassível aos rombos dos lufallias da vida; um fisco que supervisiona o desvio de bilhões de cruzeiros para projetos Jari e agropecuários duvidosos; todos nós que cruzamos os braços, diante disto e de outras coisas, teremos que ser responsabilizados pela multidão dos despossuídos que conhecendo o seu próprio destino, um dia poderão ser os nossos juizes.

O jovem brasileiro já procurou quantificar o necessário para um sistema de creches e pré-escolas? Certamente, será preciso menos dinheiro que para o programa nuclear; gastar-se-ia menos que com a ponte Rio-Niterói, menos que com a indústria financeira, menos que com os rombos de empréstimos escandalosos e não pagos, menos que com os desvios de incentivos fiscais aplicados no papel e inexistentes no chão, menos, quem sabe, que com o desperdício da ambição consumista de cada um de nós.

Urge, Sr. Presidente, fazer alguma coisa hoje ou amanhã será tarde demais."

O Sr. Renato Bernardi - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Estou ouvindo o pronunciamento de Vossa Excelência em que aborda o problema do menor no Brasil. Mas, me parece, Vossa Excelência faz um paralelismo com problemas de alimentação na China Continental e, gostaria de fazer um outro paralelismo. Veja Vossa Excelência, que o Brasil com o seu modelo econômico, fruto deste modelo político, autoritário, concentrador, privilegiante e privilegiador, está estabelecendo também, um paralelo do nosso País, com áreas extremamente subdesenvolvidas, como o caso da Índia, Paquistão, onde os campos se esvaziam e as áreas metropolitanas crescem assustadoramente e cria um contingente demográfico, que saindo dos campos, vai para as cidades à procura de condições melhores de vida.

Dentro me parece que de um determinismo histórico provocado pela sociedade industrial, por esse capitalismo selvagem, absorvente que aí está. Entretanto, se esse pessoal vai para as grandes regiões metropolitanas, à procura de condições melhores de vida, não encontra entretanto, uma forma de colocar a sua própria mão-de-obra e, os cinturões de miséria, de marginalização e com todas as decorrências, delinquência, prostituição, miséria, fome, raquitismo, doenças, se multiplicam, então, no momento em que o Governo brasileiro, através de um esquema autoritário e de 16 anos de arbítrio e de exceção estabelece uma fachada de modernização para o País, com projetos grandiosos, como o projeto nuclear, projetos de grande eloquência, como no caso da grande tranzamazônica, ponte Rio-Niterói, coisas deste jaez ... Na mesma proporção, ele não tem dado qualquer atenção para este processo acelerado de urbanização.

É claro que, como decorrência imediata, há duas parcelas da população que passam a sofrer horrivelmente, dentro deste modelo de desagregação familiar. De um lado, o menor, carente, menor abandonado. E, de outro lado, a população idosa, que passa a ser um peso, um ônus, para as famílias que já não têm mesmo como garantir a sua sobrevivência diária.

Parece que é um problema de uma profundidade muito grande e que mereceria, de todas as Casas Legislativas, uma atenção maior; porque se a geração adulta deste País, que tem responsabilidade e que poderia lutar para se abrirem as brechas de privilégios e de benefícios concentrados à favor de uma minoria, entretanto, ela tem também uma responsabilidade, esta faixa adulta, sobre dois segmentos que não têm nem responsabilidade e nem condição de luta.

De um lado o menor, de outro lado a pessoa idosa. Parece-me um assunto de uma seriedade muito grande. Enquanto a fachada oficial, do sistema atual, traz como símbolo, como paradigma e como cópia, para seu próprio desenvolvimento, países do porte dos Estados Unidos e da Alemanha, entretanto grande maioria do povo brasileiro está tendo mesmo, como paralelo de nivelamento e de atuação, o sub-Continente Asiático, no caso a Índia e o Paquistão. Parece-me que deveria ser um ponto de reflexão muito sério para todos nós.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO - Agradeço o aparte de

Vossa Excelência e quanto ao aspecto da falta de interesse das autoridades brasileiras, principalmente nos dois setores, que é o do menor carente, do menor abandonado e do idoso carente, é visto em todo o lugar e durante o dia em que passamos na cidade, vemos o problema de perto. Há um paralelo a respeito desta situação, enquanto se gastam milhões de cruzeiros com obras ditas faraônicas, os menores e idosos são relegados a terceiro plano.

O Sr. Lineu Turra - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, ouvimos com muita satisfação o pronunciamento de Vossa Excelência e a análise crítica da situação sócio-econômica do Brasil.

Realmente, Vossa Excelência aborda o assunto com muito brilhantismo. E queríamos, nesta oportunidade, ter a honra de inserir, no seu pronunciamento, algumas considerações que temos também a apresentar pela nossa modesta observação, pela análise que fizemos sobre o mesmo assunto.

Vossa Excelência aborda esse problema cruciente que o País enfrenta, do menor carente, do menor abandonado. E vemos isso com muita tristeza. Parece-nos até que o problema já vai se tornando insolúvel, insolúvel porque parece que não há interesse do Governo em dar uma atenção especial para esse grave problema.

Eis que o Governo se preocupa com outros problemas, temos um Estado mercantilista, em primeiro lugar. O homem hoje está substituído pelo dinheiro. E o que se faz pelo dinhei-

ro, não se faz pelo homem. E vamos ter, neste País, um país de enfermos, de doentes. Ainda ontem, víamos nos jornais, a declaração da Presidente da LBA, que temos um enorme número de menores subnutridos. Esses menores que vão ser os doentes do futuro deste País.

Ora, é claro que isto não tem solução nos termos que o Governo conduz a política com relação à justiça social, principalmente com relação aos trabalhadores que só servem, são agentes da produção, são máquinas e não têm o mínimo de assistência do Governo.

Como pode um operário sustentar sua família com quatro mil e duzentos cruzeiros, que é um salário mínimo? Tivemos oportunidade de ouvir o Delegado do IAM, nesta Casa, e ele declarou aqui, já em 1978, que um menor custava ao IAM, a importância de oito mil cruzeiros mensais.

Ora, se um menor custa oito mil cruzeiros para ter assistência alimentar e as outras complementares, como é que um operário pode sustentar uma família com quatro mil e duzentos cruzeiros?

Por isso que o próprio Presidente da República aconselhou a um operário que ganha quatro mil e duzentos cruzeiros por mês, que desse um tiro na cabeça.

Acho que mais de 30 milhões de brasileiros vão ter que dar um tiro na cabeça, se seguirem o conselho do Presidente da República, com esse salário aviltante de quatro mil e duzentos cruzeiros por mês.

Mas, enquanto se regateiam assistência para os trabalhadores, para o povo brasileiro, para os carentes, se fabricam armas para vender, para matar gente. E aqui no Brasil, ainda há pouco, numa obra que me parece, foi publicada naquele livro de Hugo de Abreu, A OUTRA FACE DO PODER, em que ele anunciava que, os donos deste País, com ufanismo, que estão fabricando armas em abundância para exportar.

Acho que o mundo não precisa de armas, o mundo precisa de alimentos, de carinho para o povo, e o Brasil precisa é disto, não precisamos produzir armas, como se está produzindo, e até disso se gabam as nossas autoridades governamentais, nós precisamos, neste País, é produzir alimentos, porque não é crível, que um País como o Brasil, que é dito essencialmente agrícola, esteja importando feijão. É uma lástima. Nós temos um País rico, um solo fértil, um povo bom e trabalhador, mas o Governo, não presta!

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e o incorporo a este meu modesto e despretencioso pronunciamento, e a análise de Vossa Excelência é das mais justas, visto que eu citei, no início do meu pronunciamento, a declaração da Sra. Ecléia Guazelli, quando esteve nesta Assembléia Legislativa, e afirmou que, na oportunidade, a FUNABEM gastava 15 mil cruzeiros com um menor, enquanto que o salário-mínimo era de apenas 2 mil e 500 cruzeiros. É impossível que uma família basicamente de 5, 6 pessoas possa sobreviver com um salário-mínimo de 2 mil e 500 cruzeiros, na época, enquanto se gastava somente com um menor, quinze mil cruzeiros. Então teremos, fatalmente, uma geração futura, comprometida, e o Brasil não será a potência que todos esperam e que todos nós propugnamos.

Sr. Presidente, eu solicito que Vossa Excelência dê como lido na íntegra, o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Deferida a solicitação de Vossa Excelência.

No horário reservado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi, inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“A Nação assistiu, estarecida, a mais um lance da escalada do terror. Desde 1.976 até o dia de hoje, foi uma cen-

tena de atentados, com todas as características da ação típica do desespero irracional e inconseqüente do extremismo neofascista.

Atos de terror atingindo os mais variados setores representativos da Sociedade Civil.

A Igreja foi atingida, quando foi seqüestrado e sequestrado o Bispo de Nova Iguaçu e quando foram assassinados os Padres Burnier e Lubenkeim, além de lideranças de comunidades de base, nas áreas conflituosas do Acre, do Pará e do Maranhão.

Foi talvez o preço que a extrema direita se julgou no direito de cobrar daquela instituição que, rompendo os vínculos com uma estrutura privilegiante, elitista, injusta e anticristã, pretende, à luz do Evangelho, um real compromisso com os pobres e oprimidos.

Foi a classe política, no momento em que atingem escritórios de Parlamentares e sedes de partidos políticos, a demonstrar que a verdadeira participação popular no processo social e político brasileiro não pode interessar àqueles que apenas acreditam na manutenção de seus privilégios, fechando as portas aos verdadeiros donos do País que é seu povo.

Atingido foi o desejo de um estado pleno de direito, na medida mesmo em que se atinge integrantes da Ordem dos Advogados do Brasil, em casos como o de juristas que dedicaram parte de suas vidas a defender os direitos fundamentais do Homem: como então explicar os atentados a pessoas do porte de um Marcelo Cerqueira, de um Dalmo Dallari, de um Greenhalg.

Violado foi o direito da livre expressão do pensamento da Nação quando eram atingidas redações de jornais e periódicos e, mais que isto, atingida a sede da Associação Brasileira de Imprensa.

Espírito de opressão violenta foi demonstrado quando o direito de o trabalhador ganhar o sustento, de sua família foi ameaçado na forma hedionda de uma censura às bancas e distribuidores passou a ser feita, à base de bombas e incêndios.

Ameaçada esteve e está a nossa cultura, na proporção em que se determina o nosso tipo de leitura pela discriminação do que pode a sociedade ler ou deixar de ler, pela limitação dos meios de divulgação e distribuição de revistas e periódicos. Amanhã, talvez, sejam os filmes, o teatro, a televisão, a arte em geral que passará pelo crivo nazista da censura grotesca do terror.

Posta em “xeque” foi toda a comunidade de segurança e informação na medida em que a impunidade de tais atentados passou a ser uma norma geral, aceita com resignação por quem está no poder. Talvez a aliança de tantos anos de autoritarismo, violência e repressão não tenham dado ânimo nos dias de hoje para que se punam os aliados de ontem.

As autoridades constituídas não podem cair em suspeição perante a Sociedade Civil e perante a História.

Os três atentados de ontem apenas continuam uma série de ações que primaram pela impunidade e, parece, que pela convicção da impunidade.

Não bastam apenas palavras e notas oficiais do Ministério da Justiça e da Presidência da República.

A segurança do cidadão está em jogo e medidas eficientes devem ser tomadas. Tivesse o Brasil vivido os últimos anos debaixo do vigor de uma Constituição liberal, poder-se-ia, usando o jargão dos autoritários de 16 anos, afirmar que o Estado não possuiria meios e instrumental de defesa do cidadão. Isto não ocorreu: foram 16 de autoritarismo, em que se aparelhou um instrumental repressivo, responsável direto pela morte e desaparecimento de cerca de 300 brasileiros, prisão e enquadramento de alguns milhares pelo simples crime de pensar diferente da autocracia dominante.

Lança-se um projeto de abertura democrática que está

sendo testado neste instante. Não se abre o regime com as armas lubrificadas e embaladas de um aparelho repressivo intocado. Se foi eficiente e capaz ontem, por que é incapaz e ineficiente hoje?

Será preconceito ideológico ou estarão seus lemes direcionados somente para a esquerda, não conseguindo enxergar um cisco, sequer, à direita?

A Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB — diante dos fatos lamentáveis de ontem, ao tempo em que exige uma solução imediata por parte das autoridades governamentais, expressa seu mais veemente repúdio a esta sub-raça de indivíduos anormais e degenerados que, valendo-se da impunidade continuada, resolveu conturbar a marcha do povo brasileiro a sua própria libertação política dentro de um regime verdadeiramente democrático.

Outrossim, manifestamos nossa solidariedade à Ordem dos Advogados do Brasil, diante da agressão ontem sofrida, assim como de todas as agressões que sofreu por si e por seus mais ilustres membros.

Expressa sua solidariedade humana à família de Lida Monteiro da Silva que perdeu sua vida, vítima da irracionalidade do terror.

Lamenta profundamente o repugnante atentado sofrido pelo gabinete do Vereador Antonio Carlos de Carvalho, provocando várias vítimas, uma das quais seu assessor parlamentar que, mesmo sobrevivendo, ficará mutilado e inválido pelo resto de seus dias.

Será desnecessário dizer que a ABI — Associação Brasileira de Imprensa, trincheira da liberdade de expressão, tem nossa inteira solidariedade, na hora em que mais um periódico, a "Tribuna da Luta Operária", foi violentado por um asqueroso ato de violência.

Esperamos que a utilização de elementos para-militares, tão em voga ultimamente na América Latina não se institucionalize no Brasil."

Para isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos encaminhando à apreciação desta Casa um voto de solidariedade àquelas instituições que foram atingidas pela violência, pelo terror, pela insanidade de uma minoria irresponsável, que quer fazer deste País um local de intranquilidade, de caos e acima de tudo, Sr. Presidente, impedir que o povo brasileiro, através de seus segmentos sociais, determine o seu próprio caminho e o seu próprio destino.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Nobre líder, Renato Bernardi, apenas para que fique registrado, nos Anais da Casa, o nosso posicionamento pessoal diante deste triste e lamentável acontecimento ocorrido ontem na cidade do Rio de Janeiro. Parece-me que após o que ontem ocorreu, parece-me que somente depois que vidas humanas sucumbem, é que as autoridades resolvem acordar do sono da omissão.

Há dias atrás, lia um artigo da "Folha de São Paulo", onde o editorialista, por certo, procurava transmitir o pensamento do Ministro da Justiça, a respeito destes últimos atentados e onde a gente podia sentir que Sua Excelência, o Sr. Ministro, lavava as mãos como Pilatos fizera diante de Jesus. Dizendo que estes atentados não se constituíam em atentados políticos e que, portanto, a responsabilidade dos seus esclarecimentos, ficava à competência das polícias estaduais.

Mais recentemente, o referido Ministro da Justiça dizia quando comparecia perante a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, o seu empenho junto aos Secretários de Segurança brasileiros, visando conscientizá-los da necessidade de uma efetiva ação visando esclarecer os atentados e punir os respectivos autores.

Mas parece, nobre líder, que tinha que morrer alguém.

Que tinham que ferir alguém. Que tinham que consolidar o terror e o pânico no Brasil para que Sua Excelência, o Sr. Ministro da Justiça, acordasse do sono da omissão, passasse a interpretar fielmente os termos da Constituição Brasileira, que no seu artigo 8.º, no capítulo da Competência da União, está muito claro que é da competência da Polícia Federal a apuração, a investigação, de todo e qualquer delito que tenha repercussão interestadual. E estes atentados políticos ganharam repercussão: não só interestadual, como repercussão internacional. Nos mais variados Estados brasileiros, em Londrina, em Brasília, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Porto Alegre, em Belo Horizonte, em todos os recantos deste País ocorreram atentados políticos.

Será que esses atentados não foram suficientes para acordar o Sr. Ministro da Justiça e os Comandantes Militares do Brasil, do sono da omissão? Será que tinha que morrer alguém, como morreu ontem uma senhora de quase 60 anos, com 40 anos de serviços prestados à OAB, que teve seus braços arrancados; funcionários da Câmara Municipal do Rio de Janeiro que tiveram órgãos extirpados pela violência da explosão?

Será que somente após acontecidos fatos como estes é que as autoridades resolveram acordar do sono ingênuo e vergonhoso da omissão?

É lamentável, nobre líder, que isto tenha que ocorrer.

Estou preocupado, a Nação inteira está preocupada, porque nós sabemos que, se o Governo, que tem condições, o SNI que sabe quem são, ou quais são os autores desses atentados, não tomarem uma providência, eu não sei qual será o destino desta Nação.

Muito obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, nobre Deputado, e Vossa Excelência bate na mesma tecla que esta Liderança já o fez, quando analisava os atentados à bomba e às bancas de revistas e jornais. Com prazer, concedo aparte ao Deputado Aírton Cordeiro.

O Sr. Aírton Cordeiro — Deputado Renato Bernardi.

Quando eu chegava hoje ao Edifício desta Assembléia, senti que perdi um pouco a minha liberdade, porque a porta que me permite vir a este plenário todos os dias, estava fechada com correntes. E eu tive que mudar o meu itinerário.

Estes atentados verificados ontem no Rio de Janeiro, não atingiram simplesmente a uma senhora de mais de 60 anos; não atingiram simplesmente as 6 pessoas que ficaram feridas no prédio da Câmara Municipal; não atingiram a redação já vazia de um jornal; atingiram a consciência nacional, porque atingiram uma instituição que ajuda a formar a opinião pública deste País, como a OAB; atingiram, sim, a uma Casa de representação popular legítima, como a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e afetaram um pouco a liberdade de imprensa, e afetaram a todos nós brasileiros, pela apreensão que temos hoje, pelo receio que temos hoje, e até pela vergonha, Deputado, que nós temos hoje.

E confesso a Vossa Excelência que sequer me interessa indagar se o atentado é de origem esquerdista ou direitista. Porque não me importa a sua face, a sua violência é muito grande. Ela é brutal para que, inclusive, se perca tempo em saber qual a sua tendência.

O importante, Deputado Renato Bernardi, é que todos nós que estamos perseguindo esta consolidação democrática acima de partidos políticos, acima de ideologias, acima de posicionamentos egoístas, coloquemo-nos realmente a favor da única bandeira que deve, nesta hora, tremular no horizonte deste País, que é a bandeira da liberdade, que é a bandeira da independência de cada um para dizer o que pensa da soberania dos Poderes do Brasil, para que possamos ter alguma razão, Deputado Bernardi, para freqüentarmos Parlamentarismos como este e para encararmos eleitores e gente que vive

neste País.

Cumprimento Vossa Excelência pelo pronunciamento e peço desculpas pela demora do aparte.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) A Mesa comunica ao nobre Deputado que o tempo que lhe é reservado está esgotado. No entanto, concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Airton Cordeiro, peço desculpas ao Deputado Valduga pela exigüidade do tempo e acredito que o pensamento de Vossa Excelência, Deputado Airton Cordeiro, deva representar o pensamento da bancada do PDS que aspira por democracia e não o pensamento de alguns Membros dessa bancada que, em outra oportunidade, tentaram, através de pronunciamentos desta tribuna, minimizar as ponderações e as preocupações, que as bancadas das Oposições, nesta Casa, faziam levar à opinião pública do Paraná, diante de atentados à humildes bancas. E quem sabe agora, dada a gravidade do momento, nos una a todos, para a preservação da sociedade civil e da nossa democracia.

Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) No horário reservado ao PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bueno, incrito.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupo, nesta oportunidade, parte do tempo reservado à Liderança do meu Partido, para tratar, rapidamente, de 4 assuntos que, infelizmente, em função da vida agitada que vivemos, poderão até ser conflitantes.

Primeiramente, quero fazer menção à dignidade que conhecemos do MM. Juiz de Direito da Comarca de São José dos Pinhais, município que tenho a honra, também de representar nesta Casa, Sr. Leônidas da Silva Filho, que está envolvido num noticiário difamatório, conforme já comprovou, com documentação, o ilustre Deputado Airton Cordeiro. E que, também com brilhantismo o fará o Deputado Quilise Crisóstomo, e lastimar pelo apreço que dedico a um grande Deputado desta Casa, o ilustre Deputado José Tavares, homem com uma experiência e dignidade a toda prova e, pelo que me é dado conhecer, foi infeliz numa denúncia que teria feito contra a dignidade de um Juiz íntegro, que todos conhecem, da Comarca de São José dos Pinhais.

Acredito mesmo que o nobre Deputado José Tavares, com a sua integridade, com a sua honorabilidade, haverá, por certo, de se inteirar a fundo sobre o assunto. E posteriormente, poderá até reformular seu entendimento sobre o assunto.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Renato Bueno, é uma honra apartear Vossa Excelência e, quero dizer também que, tenho por Vossa Excelência o maior respeito e a maior simpatia possível.

Mas, não era minha intenção, tocar nesse assunto através da tribuna, mas, o nobre Deputado Airton Cordeiro hoje, usando o horário do Pequeno Expediente, fez afirmações mais ou menos semelhantes às de Vossa Excelência e evidentemente, envolvendo o nosso nome. Como agora é permitido que o Deputado use da prerrogativa do aparte, e já que Vossa Excelência também, como o Deputado Airton Cordeiro volta a fazer menção ao assunto, é que eu então resolvi proferir algumas palavras a respeito do caso que envolve a pessoa do Juiz de uma das Varas da Comarca de São José dos Pinhais.

Não denunciei ninguém, nobre Deputado, não fui para a tribuna, não usei de entrevistas, o que aconteceu e acontece, é que, eu não sei porque, chegou ao meu Gabinete um enve-

lope fechado, endereçado a este Deputado.

Ao abrir o envelope, tinha um cartão, encaminhando uma xerox de um documento e, nesse cartão dizia o seguinte:

“Senhor Deputado, a Justiça é bem mais corrupta do que a Polícia: sacou?”

Aguardamos pronunciamento.

Alfredo da Costa.”

Esses dados, essas afirmações que eu estou fazendo, estavam datilografadas num cartão, e eu li o documento. Ao lê-lo, achei que era uma denúncia das mais graves, porque existe o timbre de uma Empresa, dá o nome do Juiz, a carta endereçada ao advogado dizendo, envolvendo o nome e a pessoa do Juiz. Poderia ter ido para a tribuna, com base nesse documento, e ter feito uma denúncia; o que fiz? Peguei, simplesmente, esse documento, com o envelope inclusive, que eu recebi e encaminhei ao Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, através da Mesa Executiva desta Casa. Foi o que eu fiz. Evidentemente que, o documento, que todos os documentos que passam pela Mesa Executiva, são documentos aos quais a imprensa tem acesso, e a imprensa os divulgou, cumprindo assim um exercício regular da sua profissão. Mas eu, eu não denunciei, não estou dizendo que o Juiz é corrupto, ou não, estou encaminhando ao Presidente do Tribunal de Justiça para que ele tome conhecimento e tome as providências cabíveis, se é que já não tomou; agora, o que não é justo e isso jamais acontecerá com este Deputado, é, pegar um documento como esse, e engavetá-lo, é, receber uma informação como essa e não dar ouvidos, porque, omissão, nobre Deputado, é pior que a ação, eu acho que o homem quando age conscientemente, ele está agindo, ele está tendo um comportamento da mais alta dignidade, mas, quando ele se omite, quando ele se acovarda, quando ele tem medo, aí sim, eu recrimino a sua posição, eu, que tenho denunciado tanto nesta Casa corrupção de policiais — por uns compreendido e por outros incompreendido — não iria me calar, não deixaria de fazer o que fiz, não engavetaria uma denúncia que recebi, como esta!

Muito obrigado.

O SR. RENATO BUENO — Eu agradeço o aparte do nobre Deputado e, pelo menos, a sua explicação me satisfaz, de uma certa forma, porque, a impressão, pelo menos assim superficialmente que se possa ter do noticiário, é a de que Vossa Excelência teria feito uma denúncia. Então agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. José Tavares — Se Vossa Excelência esteve ontem na Casa, sabe e deve ser testemunha de que eu não fiz denúncia ontem, a este respeito.

O SR. RENATO BUENO — Não, eu não tive oportunidade. Apenas, me parece, Vossa Excelência fez um requerimento.

Sr. Presidente, então, dando seqüência aos assuntos que trato nesta oportunidade, quero encaminhar à Mesa um Requerimento cuja súmula diz o seguinte: (Lê):

“REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, voto de profundo pesar pelo passamento, ocorrido em data de ontem, nesta Capital, do Doutor ADAUTO ROCHA.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1.980

a) Renato Bueno.

JUSTIFICATIVA:

Engenheiro Agrônomo, o extinto era membro de uma tradicional família, da qual era chefe exemplar, deixando uma grande lacuna entre aqueles que o conheceram.

Da decisão desta Casa, solicita ainda que seja dada ciência

à família enlutada."

Também quero, nesta oportunidade, me solidarizar com todos os pronunciamentos feitos nesta Casa, de Deputados, e que também fizeram através da imprensa, contra o terrorismo que está ocorrendo em diversas partes do País, e finalmente, Sr. Presidente, em nome da Liderança e aí é que se justifica aquela parte inicial do meu pronunciamento, que os acontecimentos são tantos que se sucedem e às vezes até simultaneamente que, são conflitantes. Eu quero, não posso deixar em nome da liderança da minha bancada, de fazer um pronunciamento rápido, sobre a data de hoje, que é o "Dia da Anistia" e que nós comemoramos indiscutivelmente com euforia.

Há exatamente um ano, o Presidente João Figueiredo assinava a Lei da Anistia, estava assim dado o 1.º passo em direção à implantação do Regime Democrático em nosso País.

A Lei da Anistia possibilitou que, cassados, banidos e exilados, voltassem para o Brasil, para o convívio com seus familiares e com a sua Pátria. Abriu os nossos aeroportos, para aqueles que por motivos ideológicos, foram obrigados a abandonar o Brasil. Se a anistia não foi ampla, como todos pretendiam, ela foi de encontro aos desejos da sociedade brasileira. Só mesmo não puderam voltar ao Brasil aqueles condenados por crime de sangue, aqueles que mataram e derramaram o sangue de nossos irmãos e irmãs.

O dia 28 de agosto de 1979, ficará para sempre marcado na memória da Nação brasileira e sem dúvida alguma, figurará como uma das mais importantes datas da nossa história. Assim, é de muita importância que ressaltemos o dia de hoje, exatamente, um ano depois que o Brasil abriu suas portas para aqueles que daqui foram expulsos ou se auto-exilaram. Infelizmente, a data de hoje, coincide com o dia nacional do luto, promovido por todos os advogados do País e estudantes de Direito. A Nação se vê envolvida com atos de terrorismo que infelizmente, começam a fazer vítimas fatais, como Lídia Monteiro da Silva, uma Senhora que trabalhava na sede da OAB.

Desejamos, que atos como esses sejam reprimidos, pois todo o radicalismo seja direita ou esquerda, só conduz a caminhos obscuros. Acreditamos na ação do Governo Federal que por intermédio da Polícia Federal, já está fazendo investigações, visando punir todos os culpados por esses atos que só comprometem a tranquilidade da família brasileira.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Basílio Zanusso) Ainda no horário do PDS, concedo a palavra ao Deputado Quielse Crisóstomo por 5 minutos, inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A matéria, para a qual me inscrevi, para esclarecer, já foi sobejamente esclarecida. Contudo, aproveitando um trabalho que tive, faço uso desse horário, para numa tentativa deixar a minha contribuição sobre o assunto.

O requerimento encaminhado pelo Deputado Tavares, através do Presidente da Assembléia ao Presidente do Tribunal de Justiça.

Eu que, conhecedor, da conduta do Juiz de São José dos Pinhais, Dr. Leônidas Silva Filho, procurei de imediato me informar. Fui à fonte, onde poderia conseguir dados oficiais a respeito da matéria, e trago à tribuna, a conclusão da sindicância feita, na época, para apurar as denúncias que foram encaminhadas ao Tribunal de Justiça, contra o Dr. Leônidas Silva Filho.

Mas antes, e como o horário não me é permitido fazer a leitura, eu quero apenas dizer ao nobre Deputado Tavares, primeiramente de que, é evidente que o Parlamentar deve

ter sempre a coragem necessária, para tratar de assuntos desta envergadura. É evidente que eu avaliei e neste ponto me solidarizo com o Deputado Tavares, com relação à coragem de tratar de um assunto delicado. Porque é para isso que o povo nos trouxe para esta Assembléia, para esta tribuna, tratar de todos os assuntos que o povo nos traga às mãos, neste ponto eu estou com o Deputado Tavares.

Mas devo também, aproveitando deste horário, deixar aqui uma lembrança ao Deputado Tavares, de que nós, homens públicos, e todos aqueles que detem cargos de projeção, a exemplo dos Magistrados, quantas vezes somos acusados por inimigos gratuitos, que não temendo o estilhaço da deformação do seu nome que nada tem para defender, talvez seja o caso deste que atacou o Dr. Leônidas, usam do prestígio e do nome de um Parlamentar, para fazer vir à público, mais uma vez, uma calúnia já apurada. Porque esta calúnia contra o Juiz de Direito de São José dos Pinhais, já foi apurada.

Tenho em mãos a conclusão da sindicância pela Corregedoria Geral da Justiça. Mas vejam os Srs., vou ler apenas a data da conclusão e deixo nas mãos do Deputado Tavares e da Presidência, de 7 de julho de 1980.

Imagine Vossa Excelência o que teria passado o Juiz de Direito até que se conseguiu provar de que tudo aquilo era mentira? Quantas pessoas, quantos amigos, quantos familiares, o olhavam como olham para nós muitas vezes, quando denunciando adversários, inimigos políticos, vêm de público fazer falsas acusações?

Esta prudência faltou ao Deputado Tavares; porque se me for dito como está sendo dito, de um outro Juiz, coisas piores do que disseram do Juiz de Direito de São José dos Pinhais, estão me sendo trazidas por escrito e estou colecionando e apurando a verdade e talvez, Deputado Tavares, eu venha, como Vossa Excelência veio nesta tribuna também, mas aí sim documentado.

Os jornais divulgaram na primeira página o nome de um Juiz, de um Magistrado ilustre, sob a acusação de que ele já tem provas documentais, conclusivas, através de sindicância.

Concedo o aparte ao nobre Deputado João Mansur que, pela vez, havia solicitado.

O Sr. João Mansur — Nobre Deputado Quielse Crisóstomo, quero preliminarmente, me associar ao pronunciamento de Vossa Excelência e aos demais pronunciamentos feitos hoje pelo nobre Deputado Renato Bueno e pelo nobre Deputado Airton Cordeiro, porque resido no Município de São José dos Pinhais e convivo permanentemente no Fórum daquela cidade. Conheço, de longos anos, o Dr. Leônidas da Silva Filho e o tenho na mais alta conta, pela maneira, pela sua conduta, pela sua integridade, como tem se conduzido no trato da distribuição da Justiça no Município de São José dos Pinhais.

Lamentavelmente, talvez por um daqueles equívocos que todos nós estamos sujeitos, veio o nome daquele Magistrado, ocupar a manchete da imprensa de nosso Estado. E como bem disse o nobre Deputado José Tavares, ele não denunciou alguém, ele apenas, no cumprimento do dever parlamentar, recebeu uma denúncia e a encaminhou ao Presidente do Tribunal de Justiça de nosso Estado para que a apurasse e trouxesse à luz da verdade, para o conhecimento do povo paranaense.

Portanto, é lamentável o que aconteceu. Mas, de qualquer forma, estamos aqui solidários com o pronunciamento de Vossa Excelência, em defesa da honra e da dignidade do ilustre Magistrado, nosso amigo, nosso companheiro, Dr. Leônidas da Silva Filho.

Muito obrigado.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Concedo o aparte ao nobre Deputado Tavares. O tempo é pouco, mas Vossa Excelên-

cia tem prioridade.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Queria apenas comunicar ao nobre Deputado que está na tribuna que seu tempo está esgotado.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Pediria mais um minuto para que ouvisse o aparte do nobre Deputado Tavares.

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Fugindo à regra, concedo a Vossa Excelência a fim de que o Deputado interessado na matéria possa dar o seu aparte.

O Sr. José Tavares - Muito obrigado. Apenas para discordar em parte, das colocações que Vossa Excelência fez, quando diz que eu não fui prudente na minha tomada de posição.

Acho que não seria prudente, se tivesse engavetado a carta denúncia que recebi. Simplesmente encaminhei, através da Mesa Executiva ao chefe do Poder Judiciário.

Porque à mim não compete pré-julgar se o Juiz é corrupto ou não. A partir do instante em que eu engaveto uma denúncia, uma carta, xerox, a bem da verdade, mas onde se vê, inclusive, que a assinatura do subscritor fora reconhecida em tabelião na cidade de Joinville, eu aí, sim, estaria talvez sendo imprudente.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO - Eu acato o seu pensamento, mas devo, somente para deixar bem claro, que a imprudência a que me referi é com relação à divulgação de um fato consumado, já registrado, já documentado, da justiça, e que talvez aquele que fez novamente vir à público, através da imprensa, tenha atingido o seu objetivo.

Ele queria que o povo do Paraná visse novamente o nome do Magistrado nas páginas, que teria sido acusado de uma fraude, de um roubo. Ele alcançou o seu objetivo através do seu prestígio, nobre Deputado. Aí está a prudência de um Parlamentar; aí é que eu refuto que Vossa Excelência e todos nós, que muitas vezes somos acusados indevidamente, e a imprensa, - tudo que é dito deve ser divulgado, - faz a divulgação, muitas vezes.

Se viesse, por exemplo, alguém dizer por carta, a mim ou a Vossa Excelência ou qualquer Deputado, que teria visto o Presidente da República desnudo numa praia escondida, mas ele viu, nós iamos fazer um requerimento através do Presidente da Assembléia para saber se é verdade ou não? Absolutamente. Nós temos que ver os fatos, porque o nome de uma autoridade deve ser preservado. Eu não estou contra Vossa Excelência totalmente. Apenas pelo comportamento que Vossa Excelência teve.

Eu, imediatamente, como Vossa Excelência, ao saber pelos jornais - porque não estava aqui na sessão - fui em busca da verdade, porque se fosse como Vossa Excelência disse, estaria ao seu lado, mas lá obtive a prova documental que trago a esta tribuna. Este é o procedimento que eu gostaria que Vossa Excelência tivesse.

Muito obrigado.

O Sr. José Tavares - Pois é, mas o que é que Vossa Excelência gostaria que eu fizesse? Que guardasse a carta?

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Está encerrado o horário do nobre Deputado. Em seguida pergunto à Liderança do PTB se quer fazer uso do seu horário. (Declina). Tendo declinado, pergunto ao representante do PP. (Declina).

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 34/78, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública o "Patrimônio Recreativo, Esportivo e Social de Palmitópolis", com sede no Município de Nova Aurora. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 27/79, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que denomina de "Dr. Moacir Camargo Martins", o Instituto Médico Legal de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **COM EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, com emenda.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 67/80, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que cria no Município de Santa Cruz do Monte Castelo, o Distrito Administrativo de Santa Esmeralda, com divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 26/80, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que visa disciplinar Artigo do Regimento Interno, proibindo o porte de arma de qualquer espécie, nos Edifícios da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 38/80, oriundo de Parecer da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, à Ex-Proposição n.º 478/77, que aprova as contas do Governo do Estado, referente ao exercício financeiro de 1.976. **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 28/80, de autoria do Deputado JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o "Asilo São Francisco de Assis", com sede e foro na cidade de Santo Antônio da Platina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 70/80, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de utilidade pública o "Centro Espírita Allan Kardec", com sede e foro na cidade de Ubatuba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE - (Nelson Buffara) Sobre a mesa, indicação de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, na qualidade de Líder da Bancada do PDS, indicando o Sr. Deputado Cyro Martins para integrar a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, em substituição ao Sr. Deputado Gabriel Manoel; indicando o nome do Sr. Deputado Gabriel Manoel para integrar em substituição ao Sr. Deputado Cyro Martins, a Comissão de Cultura e Esporte. **Ao Departamento Legislativo, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, lido da tribuna, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Doutor Adaauto Rocha. **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. David Cherigate, Trajano Bastos e outros, constante do expediente, solicitando a prorrogação dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Cooperativismo Paranaense, por mais 120 dias. **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Desburocratização, no sentido de que o mesmo envie esforços a fim de dispensar da apresentação da Carteira de Identidade os beneficiários de aposentadoria do FUNRURAL. **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos,

constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo imediatas providências no sentido de serem procedidos reparos na estrada PR-417, que liga Mamborê à Campina da Lagoa. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um posto telefônico na Vila Jordão, sede do Distrito de Jordão, no Município de Guarapuava. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão de quatro (4) Srs. Deputados para, pessoalmente, levarem ao Sr. Ministro dos Transportes as reivindicações do Paraná, no que se refere a paralisação das obras de melhoramentos da estrada que liga Curitiba — Foz do Iguaçu. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, em forma de apelo no sentido de ser viabilizada a instalação de um Escritório Regional da EMOPAR, na cidade de Paranaguá. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o recapeamento asfáltico do trecho que liga a cidade de Prudentópolis com a BR-277. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente, solicitando voto de louvor e reconhecimento ao Sr. Secretário do Interior, pelos relevantes trabalhos prestados a frente da referida Secretaria, em especial pela maneira prestativa e eficiente em que se apresentou e dirigiu os trabalhos da 23.ª Reunião da AMUNOP,

realizado na cidade de Santa Mariana. Em discussão.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Regimento Interno, art. 150.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade à ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, à Câmara Municipal do Rio de Janeiro e à "Tribuna da Luta Operária", pelos atentados criminosos que sofreram em data de ontem. Em discussão.

O SR. DARCY DEITOS — Para Discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Nelson Buffara) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, encaminhando cópia do pronunciamento feito da tribuna. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente da República e Ministro da Justiça, em forma de sugestão no sentido para que seja instituído um prêmio de um milhão de cruzeiros, para quem possa, através de informação, solucionar ou auxiliar na descoberta dos responsáveis pelos atentados terroristas. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, sexta-feira, às 10,00 horas com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.